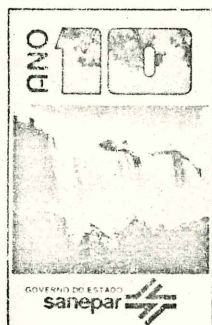


COC-85/74



Contrato de Concessão para explora o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários, que entre si fazem a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, e a Prefeitura Municipal de TELÊMACO BORBA, conforme adiante se declara :

Nesta data, compareceram, de um lado, o Município de TELÊMACO BORBA, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei n  291/73, de 30/11/73, e do outro lado, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Eng  Mário Brandalise, por seu Diretor Financeiro, Eng  Napoleão de Araújo, para firmar o presente Contrato de Concessão, nas condições expressas nas cláusulas seguintes: PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual n  4684, de 23/01/63, a explora o e opera o dos serviços públicos de abastecimento de água e remo o de esgotos sanitários do Município de TELÊMACO BORBA, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla o vigente e aplicável   espécie. P R GRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no presente Contrato, são designados: a) CONCEDENTE: Prefeitura Municipal; b) CONCESSIONÁRIA: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR. SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete à CONCESSIONÁRIA, com exclusividade, diretamente ou mediante contrato com entidade especializada em engenharia sanitária: a) estudar, projetar e executar as obras relativas à constru o, amplia o ou remodela o dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execu o dos convênios celebrados para os fins do item a, entre o Município e  rg os Federais ou Estaduais; c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários; d) emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar. TERCEIRA: É delegada   CONCESSIONÁRIA, competência para fixar tarifas que permitam a justa remunera o do investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurar o equilíbrio econ mico e financeiro do sistema explorado, nos termos do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167 da Constitui o Federal. QUARTA: É vedado   CONCESSIONÁRIA pleitear isen o de tarifas e custo de seus serviços. QUINTA: Os loteamentos futuros são poderão ser aprovados pela CONCEDENTE, desde que,



em seu traçado, seja prevista a execução de redes coletoras de esgo-
tos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados pe-
la CONCESSIONÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO: A execução de tais melhorias
será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento. SEX-
TA: Caberá   CONCEDENTE, recompor a pavimentação das ruas danifica-
das em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos de
redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência
dos recursos emprestados pelo ENL. PARÁGRAFO ÚNICO: A CONCESSION -
RIA ficará obrigada a recompor os passeios ficando-lhe facultado fa-
turar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente a-
tingidos. SÉTIMA: O Poder Executivo Municipal decretará a utilida-
de pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e
direitos necessários aos serviços da CONCESSIONÁRIA, seus melhora-
mentos, extensões e ampliações, nos termos da legislação vigente .
PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos previstos nesta cláusula, o  nus da inde-
niza  o ficará a cargo da CONCEDENTE, mediante acordo com os inte-
ressados ou através de ação judicial. OITAVA: A CONCESSIONÁRIA po-
der  utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os ter-
renos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões a-
través de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei espe-
c fica. NONA: A CONCESSIONÁRIA gozará de total isenção de impostos
municipais relativamente a seus bens e serviços de conformidade com
a Lei Municipal. DÉCIMA: A participação da CONCEDENTE de que trata
esta cláusula, fixada em 25%, será feita com o acervo patrimonial
líquido do MUNICÍPIO/SAAR de TEI MACO BORBA, compreendendo: a) sis-
tema de abastecimento de  gua: Cr  3 640 370,07 (tr s milhões, seis
centos e quarenta e nove mil, trezentos e setenta cruzeiros e sete
centavos), ou seja, nesta data, 43 584,076 UPC; b) sistema de esgo-
tos sanitários: Cr  622 800,00 (seiscentos e vinte e dois mil e oi-
tocentos cruzeiros), correspondendo, nesta data, a 7 438,104 UPC ,
importante o referido acervo patrimonial em Cr  4 272 170,07 (quatro
milhões, duzentos e setenta e dois mil, cento e setenta cruzeiros e
sete centavos). PARÁGRAFO PRIMEIRO: (A CONCEDENTE participar  do ca-
pital social da CONCESSIONÁRIA com a subscrição integralizada de va-
lor de Cr  4 272 170,07 (quatro milhões, duzentos e setenta e dois
mil, cento e setenta cruzeiros e sete centavos). PARÁGRAFO SEGUNDO
A CONCEDENTE será chamada a participar em futuras obras ,
quando o valor total do investimento atingir: I - Sistema de  gua:
Cr  14 597 480,28 (quatorze milhões, quinhentos e noventa e sete
mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros e vinte e oito centavos); nas
obras do sistema de esgotos sanitários, estimado em 150 000,000 UPC

[Handwritten signatures and initials]



ou seja, Cr\$ 10 884 900,00 (dez milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e novecentos cruzeiros), a CONCEDENTE participar  em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, sendo que as primeiras serão representadas pelo patrim nio líquido do sistema de esgoto sanitário de TELÊMACO BORBA, avaliado em Cr\$ 622 800,00 (seiscentos e vinte e dois mil e oitocentos cruzeiros). PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de bens e direitos aludidos no parágrafo segundo, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma do Decreto Lei n  2627, de 26 de setembro de 1940 (Lei das Sociedades por Ações). PARÁGRAFO QUARTO: Dentro de 90 (noventa) dias da assinatura do presente contrato, será procedida avaliação do sistema de abastecimento de água do Distrito de INBA , mediante assinatura de Termo Aditivo. DÉCIMA PRIMEIRA: Se no decorrer da Concessão, houver interesse das partes na execução das obras de remoção de esgoto sanitário, a CONCEDENTE se compromete a participar com um percentual a ser definido, mediante assinatura de Termo Aditivo. DÉCIMA SEGUNDA: Por ocasião da assinatura do presente contrato, o Poder Executivo outorgará procuração   Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo 3  da Lei de Concessão. DÉCIMA TERCEIRA: Será de responsabilidade do Município, os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela CONCEDENTE, ou de sua responsabilidade. DÉCIMA QUARTA: A CONCESSIONÁRIA não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndio, conseqüências públicas, guerras, etc. DÉCIMA QUINTA: A CONCESSIONÁRIA manter  constantemente estudos, visando o aprimoramento e a programac o das obras de instalação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de ação. DÉCIMA SEXTA: Sempre que julgar necessário, a CONCEDENTE poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de ação em prática na área atendida pela CONCESSIONÁRIA e quanto às tarifas vigentes. DÉCIMA SÉTIMA: A CONCESSIONÁRIA poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização. PARÁGRAFO ÚNICO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula são serão aplicadas quando o sistema operado pela CONCESSIONÁRIA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares. DÉCIMA OITAVA: Poderá a CONCESSIONÁRIA sustar

o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do ir vel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos previstos em seu Regulamento. DÉCIMA NONA: Ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concessão prevista na cláusula primeira ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários será transferido ao patrim nio do Município, respeitados os estatutos da CONCESSIONÁRIA, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município. VIGÉSIMA: O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não, de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários. VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este contrato terá sua vigência a partir desta data, condicionado o início de operação ao dia 1  de julho de 1974 e também ao encerramento das atividades da atual CONCESSIONÁRIA do serviço, com integral pagamento e indenização de seus credores, quer preferenciais, quer quirografários. PARÁGRAFO ÚNICO A CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, será considerada sucessora do SAAL de TELÊMACO BORBA. VIGÉSIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais derivadas deste instrumento, renunciando, as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 18 de junho de 1974

ENC  MÁRIO BRANDALISE
Diretor Presidente da SANEPAR

DINIZAR RIBAS DE CARVALHO
Prefeito Municipal de TELÊMACO BORBA

ENC  NAPOLEÃO DE ARAUJO
Diretor Financeiro da SANEPAR

Testemunhas:

Reconheço as assinaturas MÁRIO BRANDALISE, NAPOLEÃO DE ARAUJO, e DINIZAR RIBAS DE CARVALHO

Curitiba, 19 de junho de 1974
Em  ss